

**SEM MITO NEM CAVERNA: CONTRIBUIÇÕES DA PSICANÁLISE À
EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE “ESCOLA SEM SUJEITO”**

**NO MYTH OR CAVE: PSYCHOANALYTIC CONTRIBUTIONS TO
EDUCATION IN TIMES OF ‘SCHOOL WITHOUT SUBJECT’**

**SIN MITOS NI CUEVAS: APORTES DEL PSICOANÁLISIS A LA
EDUCACIÓN EN TIEMPOS DE "ESCUELA SIN SUJETO"**

DOI: <http://dx.doi.org/10.4025/notandum.vi53.51697>

LEITE, Amanda Marília Seabra Pereira¹
SANTOS, Dominique Vieira Coelho dos²

Resumo

Criado em 2004, o projeto chamado de “Escola sem Partido” ganhou notoriedade nos últimos anos, sobretudo a partir de 2014, quando recebeu apoio da família Bolsonaro. Apesar da nomenclatura, trata-se de uma proposta conservadora, de direita, e que esconde interesses políticos e partidários. Além disso, ela tem sido interpretada como algo que fere a Constituição Federal, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e o Estatuto da Criança e do Adolescente e, por isso, tem recebido inúmeras críticas, tanto no âmbito legal, quanto no educacional. Além destas tensões, acreditamos que o projeto é um “cavalo de Tróia” que carrega consigo outros perigos, pois, se implementado, o “Escola sem Partido” poderia representar também uma “Escola sem Sujeito”. Essa é a problemática discutida no artigo. Mobilizando o léxico psicanalítico, sobretudo o conceito de “alienação”, visto sob a ótica das contribuições da psicanálise freud-laciana, fazemos uma leitura desse debate, alertando para os riscos de uma fragmentação dos sujeitos envolvidos nos processos de ensino-aprendizagem na Educação Brasileira.

Palavras-chave: Escola “Sem Partido”. Escola sem sujeito. Psicanálise. Educação.

Abstract

Created in 2004, the project called ‘Escola sem Partido’ (A Nonpartisan School) gained notoriety in recent years, especially from 2014, when it received support from the family Bolsonaro. Despite the nomenclature, it is a conservative, right-wing proposal that hides political and partisan interests. In addition, it has been interpreted as a violation of the Brazilian Federal Constitution, the Brazilian National Educational Bases and Guidelines Law, and the Brazilian Statute of the Child and Adolescent altogether, and therefore it has received numerous criticisms, both in the legal and educational spheres. Beyond these tensions, the project is a Trojan horse that carries other dangers, because, if implemented, the so-called ‘Escola sem Partido’ could also represent a ‘School without Subject’. This is the main issue discussed in this article. By applying the psychoanalytic lexicon, especially the concept of ‘alienation’, viewed from the perspective of the contributions of Freud-Lacanian psychoanalysis, the debate is calling attention to the risk of a fragmentation of the subjects involved in the teaching-learning processes in Brazilian Education.

Keywords: Escola “Sem Partido”. School without subject. Psychoanalysis. Education.

Resumen

Creado en 2004, el proyecto llamado “Escola sem partido” ha ganado notoriedad en los últimos años en Brasil, especialmente desde 2014, cuando recibió el apoyo de la familia Bolsonaro. A pesar de tal denominación, se trata de una propuesta conservadora y derechista, que oculta intereses políticos y partidarios. Este proyecto fue considerado infractor de la Constitución Federal, de la Ley de Directivas y Bases de Educación y del Estatuto de los Niños y Adolescentes, por lo que resultó blanco de numerosas críticas, tanto procedentes del ámbito legal como del educativo. Además de estas tensiones, creemos que el proyecto es un verdadero “caballo de Troya” que

¹ Doutoranda em Filosofia da Psicanálise da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). Mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Professora da Universidade de Blumenau (FURB). E-mail: amandamarilialeite@gmail.com.

² Doutor em História pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Professor da Universidade de Blumenau (FURB). E-mail: dvcsantos@furb.br.

conllevar otros peligros, ya que, este tipo de escuela engañosamente "neutral" también podría conllevar a la idea de una escuela sin sujeto. Este artículo propone discutir esta problemática incorporando la perspectiva psicoanalítica freudiana y lacaniana, para pensarla en términos de alienación y alertar sobre los riesgos de fragmentación de los sujetos involucrados en los procesos de enseñanza-aprendizaje en la educación brasileña.

Palabras clave: Escuela “Sin Partido”. Escuela sin sujeto. Psicoanálisis. Educación.

PSICANÁLISE E EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE “ESCOLA SEM SUJEITO”

Introdução

O “Escola sem Partido” surgiu como um projeto cujo objetivo era converter-se em lei para regulamentar as relações de ensino-aprendizagem entre docentes e estudantes no interior das salas de aula brasileiras. O projeto prevê, inclusive, que professores e professoras possam ser denunciados a partir de ouvidorias e processados por conta da abordagem de determinadas temáticas que ministrem nas aulas.

O fundador do projeto inicial foi o advogado brasileiro Miguel Francisco Urbano Nagib, ainda em 2004. O “Escola sem Partido” ganhou mais notoriedade, todavia, apenas dez anos depois de seus primeiros passos, sobretudo depois que Flávio Bolsonaro, na ocasião deputado estadual do Rio de Janeiro, se aproxima de Miguel Nagib e apresenta o projeto de Lei nº 2.974/2014, que cria, no âmbito do sistema de ensino do Estado do Rio de Janeiro, o “Programa Escola Sem Partido”.³

Inspirado por tal recepção e repercussão de suas ideias, além do movimento estadunidense análogo, chamado “*NoIndoctrination*”, a partir do ano de 2015, Nagib decidiu transformar o projeto também em uma associação. A partir desse momento, surgiram duas pessoas jurídicas: a primeira, registrada em 26/06/2015, oficializada com a razão social “Escola Sem Partido Treinamento e Aperfeiçoamento Eireli”, que seria uma empresa particular com interesses voltados para treinamento e desenvolvimento profissional; a segunda, registrada alguns meses depois, em 28/10/2015, seria a “Associação Escola Sem Partido”.⁴

Entre os anos de 2004 e 2019, a proposta se ramificou, foi apresentada sob forma de lei em vários estados brasileiros, provocou grande debate nacional sobre o tema e teve que fazer inúmeras modificações, a maioria delas para tentar disfarçar as filiações políticas e

³ Apresentado no Plenário Barbosa Lima Sobrinho, Alerj, em 13 de maio de 2014. Disponível em: <<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro1115.nsf/e4bb858a5b3d42e383256cee006ab66a/45741a7e2ccdc50a83257c980062a2c2?OpenDocument&Start=1.1.1.6>>. Acesso em: 14 mai. 2019.

⁴ De acordo com a página do Consulta Sócio, ferramenta de busca que permite acesso às informações de sócios de empresas brasileiras. Disponível em: <<https://www.consultasocio.com/q/sa/miguel-francisco-urbano-nagib>>. Acesso em: 14 mai. 2019.

partidárias do “Escola Sem Partido”, pois, apesar do título, o projeto apresentado é claramente de viés conservador e apresenta várias concepções sobre política, religião, costumes, moral, educação, dentre outras coisas, interpretados à luz das concepções ligadas aos setores mais incisivos da direita brasileira. O tema foi estudado exaustivamente por Fernanda Pereira de Moura (2016), em sua Dissertação de Mestrado, que historicizou, identificou e analisou as características gerais relacionadas à proposta, mapeando, inclusive, as modificações pelas quais o projeto e sua página na internet passaram ao longo de sua história, de modo a tentar esconder seus vínculos e objetivos implícitos.

Em 2017, um grupo de trabalho instituído pela comissão de Graduação da Faculdade de Educação da Universidade de Campinas avaliou uma das variações do projeto, a Lei Ordinária nº 213/2017, que visava instituir o “Escola Sem Partido” na cidade onde se localiza a Unicamp. O grupo concluiu que a PL Ordinária protocolada pelo Vereador Nelson Santini Neto “não apenas fere os princípios educacionais estabelecidos pela Constituição Federal, como viola a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e os direitos previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente”.⁵

Em 21 de março do mesmo ano, o Ministro do Supremo Tribunal Federal, Luís Roberto Barroso, já havia determinado a suspensão da Lei nº 7.800/2016 do Estado de Alagoas, de mesmo teor, por ser inconstitucional, abrir espaço para o “risco de aplicação seletiva e parcial das normas, por meio da qual será possível imputar todo tipo de infrações aos professores que não partilhem da visão dominante” e, também, por ser “tão vaga e genérica que pode se prestar à finalidade inversa: a imposição ideológica e a perseguição dos que dela divergem”.

Além disso, dezenas de entidades e organizações científicas já se manifestaram contra o “Escola Sem Partido” e, juntas com a ANPUH – Associação Nacional de História, elaboraram coletivamente um manual de defesa contra a censura nas escolas, alertando a sociedade para os riscos e os perigos de um projeto assim para a Educação Brasileira.⁶ Uma das principais organizações contrárias ao projeto é, como podemos ler em sua própria página na *Internet*, formada por educadoras, educadores e estudantes contra a censura na educação, o “professores contra o escola sem partido”, que, de forma continuada, acompanha os projetos

⁵ Faculdade de Educação da Unicamp. Parecer sobre PLO 213/2017 – “Programa Escola sem Partido”. Disponível em: <https://www.fe.unicamp.br/pf-fe/noticia/3345/parecer_escola_sem_partido.pdf>. Acesso em: 14 mai. 2019.

⁶ Manual de defesa contra as censuras nas escolas. O documento encontra-se disponível em página própria destinada a tal finalidade e endereçado a partir da página da ANPUH: <<https://anpuh.org.br/images/ANPUH/Escola%20sem%20Partido/Manualdedefesa%20contra%20censura%20nas%20escolas.pdf>> e <<http://www.manualdedefesadasescolas.org/manualdedefesa.pdf>>. Acesso em: 14 mai. 2019.

de lei que são desdobramentos do projeto de Nagib, proporciona debates sobre o tema, além de disponibilizar bibliografias, referências acadêmicas, documentos, notas técnicas e pareceres sobre a questão.⁷

Apesar de ferir princípios constitucionais, violar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, os direitos previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente e receber enfrentamento dos maiores especialistas brasileiros da área de Educação, o “Escola Sem Partido” aposta na eleição de Jair Messias Bolsonaro, pai de Flávio Bolsonaro, para a cadeira presidencial, para buscar aprovação. Segundo a página oficial do “Escola sem Partido”, no momento em que este artigo estava sendo escrito, havia em andamento um projeto de lei na Câmara dos Deputados, proposto pelo deputado Izalci (PSDB-DF); oito em Assembleias Legislativas: Rio de Janeiro, justamente o de Flávio Bolsonaro, Goiás, de autoria do deputado Luiz Carlos do Carmo (PMDB-GO), São Paulo, de José Bittencourt (PSD-SP), Espírito Santo, de Esmael Almeida (PMDB-ES), Ceará, de autoria de Ferreira Aragão (PDT-CE), Distrito Federal, proposto por Deputado Rodrigo Delmasso (PRB-DF), Rio Grande do Sul, proposto por Marcel van Hattem (PP até 2018; 2019, filiado ao NOVO-RS), e Alagoas, proposta por Ricardo Nezinho (PMDB-AL), aprovada em 2016, mas julgada inconstitucional pelo ministro Barroso, como vimos, mas ainda aguardando parecer final; e dez projetos em andamento em câmaras de vereadores, em diferentes cidades: São Paulo-SP, Rio de Janeiro-RJ, Curitiba-PR, Palmas-TO, Joinville-SC, Santa Cruz do Monte Castelo-PR, Toledo-PR, Vitória da Conquista-BA, Cachoeira do Itapemirim-ES e Foz do Iguaçu-PR.⁸

Como vimos, as discussões que giram em torno das propostas elencadas pelo projeto “Escola sem Partido” envolvem um emaranhado de temas, que se relacionam com inúmeras questões, abarcando desde leis gerais, como a Constituição Federal, e particulares, como aquelas relacionadas mais diretamente com a Educação e sua qualidade, passando por problemáticas político-partidárias, até indagações de caráter filosófico e epistemológico. A própria página, já mencionada, a dos professores contra o “Escola sem Partido”, reúne vários destes debates acadêmicos em formato de artigo. Nosso interesse aqui, no entanto, é nos concentrarmos sobre um tema que talvez mereça um pouco mais de atenção, a relação entre o “Escola sem Partido” e, claro, os debates que tem provocado, e a Psicologia, sobretudo a Psicanálise. Assim, no que se segue, recorrendo à ideia de alienação proposta pelas psicanalíticas freudiana e lacaniana, questionamos como seriam os entrelaçamentos entre

⁷ Professores contra o “Escola sem partido”. Disponível em <<https://profscontraesp.org/>>. Acesso em: 14 mai. 2019.

⁸ Página oficial do Escola "sem partido". Disponível em <<https://www.programaescolasempartido.org/pls-em-andamento>>. Acesso em: 14 mai. 2019.

sujeito, constituição psíquica, linguagem, educação e sua qualidade no caso de aplicação dos objetivos conservadores delineados. Nossa hipótese é de que uma “escola sem partido” seria, na verdade, uma “escola sem sujeito”, o que, em termos psicanalíticos, seria uma impossibilidade, gerando muito mais problemas que soluções, tanto em termos teóricos, quanto práticos.

Psicanálise e Alienação

Na Grécia antiga do século V. a. C., o filósofo Platão escreveu, no livro VII de sua obra intitulada *República*, o que ficou conhecido como “Alegoria da Caverna”, também chamada de “Mito da Caverna” e outros termos correlatos. Na obra platônica trata-se de lugar “semelhante a uma caverna”. O que Platão descreve é um diálogo entre duas personagens, seu mestre Sócrates e seu irmão Glauco, que conversam sobre a natureza humana no que diz respeito tanto a sua formação quanto a falta dela (*παιδείας τε περί και ἀπαιδευσίας*).⁹ O objetivo, então, era problematizar a condição humana diante da possibilidade do aprendizado e da educação, a capacitar de, sobretudo o filósofo, percebermos a realidade para além de formas aparentes. Em resumo, o que lemos na alegoria é que, vivendo em uma caverna, acorrentados uns aos outros, um grupo de humanos enxergam somente as imagens que são refletidas no muro a sua frente. Certo momento, um integrante desse grupo se arrisca à realidade externa e percebe que as imagens vistas a olho nu possuem outra dimensão, a de uma vida possível de ser vivida.

A obra de Platão possui longa trajetória de ressignificações, que teve início na própria Antiguidade. A recepção da narrativa platônica, portanto, tem provocado muitas discussões em várias áreas do saber por um longo do tempo. Por isso, a chamada “Alegoria da Caverna” tem proporcionado reflexões epistemológicas, filosóficas, estéticas, cinematográficas e várias outras. Aqui, a narrativa é um ponto de partida que nos auxilia a fazer uma leitura psicanalítica da alienação humana, sobretudo dialogando com a ideia de alienação na psicanálise freud-laciana.

Há um horizonte de expectativas entre a vida na caverna e a realidade exterior, para o qual qualquer tentativa de ultrapassar o jogo de sombras é preciso exercer a autonomia da interpretação. Somente um sujeito desejante e uma vida incurso pela dimensão real do corpo e do seu atravessamento na linguagem em uma prática discursiva pode almejar estabelecer essa relação.

⁹ Plat. Rep. 7.514a. PLATO. *Platonis Opera*. John Burnet (ed). Oxford University Press, 1903.

A partir da experiência diária de coordenador de um curso de Licenciatura, de professor e professora universitária e psicanalista no consultório e em uma escola de ensino médio regular, com o auxílio deste léxico psicanalítico, podemos pensar práticas pedagógicas que vão ao encontro de uma prática psicanalítica diária alicerçada no exercício ético do desejo e do viver em sociedade, do político, da vida na *polis*, pois toda psicologia individual também diz respeito a uma psicologia da massa, portanto coletiva (FREUD, 1996d).

Em tempos de políticas de incentivo ao armamento da população e de desmantelamento das políticas públicas educacionais, que tem resultado em diversos cortes na área de Educação que encrava possibilidades do seu desenvolvimento e qualidade, é preciso alertar para os riscos de uma “escola sem sujeito”, ou alienante. O sufocamento e a tentativa de controle dos corpos e das mentes a partir da censura, com impedimentos de discussão sobre gênero, sexualidade e outras temas sensíveis importantes para a formação do animal político, tendem a colaborar para formar educandos cada vez mais desestabilizados e isso pode causar danos à estrutura psíquica de toda uma geração (FOUCAULT, 2018).

Regido pelo princípio do prazer/desprazer em seu primeiro tempo da constituição psíquica, o sujeito apresenta-se em puro deleite quando as suas necessidades são satisfeitas pelo Outro, contrariamente dá mostras de agressividade e irritação frente a espera ou a não realização dessa satisfação. Esse aumento ou diminuição de tensão foi designado pela psicanálise freudiana como economia psíquica (FREUD, 1996a). Dessa forma, conforme o desenvolvimento psíquico e libidinal do sujeito encontramos a inscrição de outro funcionamento, o princípio de realidade regulado pelas relações do meio (externo) com o indivíduo. Esse princípio permitirá o início da construção de uma prótese de EU, já que impondo severas privações e frustrações ao sujeito faz com que esse se perceba não mais majestade (FREUD, 1996b).

A alienação diz respeito ao atravessamento da linguagem que precede o nosso nascimento, como diz Fink:

[...] nascemos em um mundo de discurso, um discurso ou linguagem que precede nosso nascimento e que continuará após a nossa morte. Muito antes de uma criança nascer, um lugar já está preparado para ela no universo linguístico dos pais: os pais falam da criança que vai nascer, tentam escolher o nome perfeito para ela, preparam-lhe um quarto, e começam a imaginar como suas vidas serão com uma pessoa a mais no lar. (FINK, 1998, p. 21).

Dessa forma, conforme nos apontou o autor citado, a alienação faz parte da nossa condição de sujeito e diz respeito a um momento anterior ao nosso nascimento como também

posterior, quando nas inscrições psíquicas de experiências prazerosas e desprazerosas, os pais – principalmente a mãe – investem na emergência de um sujeito que está em processo de estruturação ou subjetivação.

Nessa estruturação psíquica em que se presentifica a alienação temos dois tempos, a saber: um primeiro, em que o indivíduo fica totalmente submetido ao desejo do Outro materno. A mãe estabelece com a criança uma relação totalmente narcísica, visto que aposta nesse objeto como seu complemento narcísico e a criança, por sua vez, responde essas demandas maternas. E um segundo, que só ocorrerá diante a permissão da mãe, que é a entrada de um terceiro, ou seja, a inscrição da função paterna pela castração na psicanálise freudiana e na psicanálise lacaniana compreendida como Nome-do-Pai, momento fundamental para a estruturação psíquica. É a partir de um corte simbólico na relação dual, narcísica entre mãe e bebê que o sujeito pode advir enquanto desejante, posto que deslocado do lugar de objeto materno pode vir a ser, conforme Fink:

Se, então, a alienação consiste na causação do sujeito pelo desejo do Outro que precedeu seu nascimento, por algum desejo que não partiu do sujeito, a separação consiste na tentativa por parte do sujeito alienado de lidar com esse desejo do Outro na maneira como ele se manifesta no mundo do sujeito. (FINK, 1998, p. 73).

Desse modo, é na e pela experiência da frustração que a separação faz a sua marca psíquica, cindindo o sujeito em uma parte consciente, mas também inconsciente.

Na psicanálise freudiana, o reconhecimento da inscrição da castração no psiquismo ocorre por volta dos três, quatro anos de idade na diferenciação sexual anatômica na fase fálica. Nesse período, marcado pelo reconhecimento de uma falta em si e no Outro, o sujeito começará a se ocupar de sua existência (exemplos: de onde vim?, como nascem os bebês?, entre outros). Consequente esse atravessamento, por volta dos cinco, seis anos de idade, o vivente experenciará o período de latência. Esse momento é marcado pela inserção de um discurso outro além do materno – o da cultura – que pela via escolar propõe novas (des)construções, como por exemplo, o descentramento narcísico da atenção sobre o sujeito. Assim, na escola, deslocado do lugar privilegiado de filho para o de aluno e em nome de um convívio em grupo, o sujeito irá passar por uma série de restrições e repressões a fim de internalizar uma Lei simbólica já posta anteriormente em seu desenvolvimento, a castração. Sem a internalização dessa Lei, a vida em sociedade não seria possível. Dessa forma, como apontou Freud (1996e), a organização social em sua base propõe severas renúncias pulsionais, o que acaba por acarretar e/ou contribuir para o sofrimento neurótico.

É importante destacar que quando a psicanálise freudiana se interrogou sobre a educação não foi pensando a instituição escola, mas o processo do educar que no século XIX era marcado por intensas represália, principalmente quanto ao aspecto da sexualidade humana como condição constituinte de sujeito. Logo, quando Freud pôs-se a investigar a educação foi para tentar compreender de que forma esse discurso incidia e contribuía com o padecimento neurótico dos indivíduos que chegavam ao seu consultório (1996c). Essa investigação freudiana nos trouxe dois posicionamentos desse autor: um primeiro, em que advertia o quanto produtora de neurose poderia ser uma educação que não oferece lugar para a manifestação pulsional inconsciente e, por conseguinte, um segundo, embora provocadora de sofrimento, a presença da operação da castração ou limite, que se faz necessária no processo educativo que propõe também uma atuação social do indivíduo. Assim, a escola como uma instituição discursiva que opera inscrevendo novas experiências, novas ressignificações acerca do confronto indivíduo/social tem o papel fundamental de oferecer um suporte de qualidade para remanejamentos pessoal e social para lidar com a frustração, mas também viabilizar a emergência do sujeito do desejo e não o seu apagamento pela total coerção e alienação, como propõe a atual política governamental de “Escola Sem Partido”.

“Escola sem sujeito”, Psicanálise e Desejo

O subtítulo em questão faz alusão a atual proposta governamental nomeada de “Escola Sem Partido”. A partir de denúncia, como vimos, esse projeto incita o aluno a “defender-se” das convicções docentes que, em seu julgamento, possam ferir as suas. Desse modo, o que se propõe aqui é uma reflexão sobre os possíveis efeitos nas relações docente/discente e discente/docente caso um projeto desta natureza entre em vigor na educação brasileira.

Um das transformações do século XIX para o século XXI foi a pulverização do simbólico, ou seja, a retirada do poder do discurso patriarcal para outro, o fraternal, que como efeito vêm contribuindo para novas formas de subjetivação. No que diz respeito ao campo da educação, temos a fragilização da liberdade de cátedra ou desautorização do docente como um mediador do conhecimento frente ao valor monetário agregado a noção de conhecimento como um produto de troca, exemplificado pelo discurso de um aluno que em uma das aulas na universidade disse: “estou pagando para você me dar essa aula” – sic. Esse exemplo é um de tantos outros vividos em cinco anos de docência e nos mostra que para esse aluno e tantos outros, no processo de construção de conhecimento na graduação, o que está em jogo não é mais a qualidade na transmissão do conhecimento, o desejo de saber que requer uma implicação, um movimento desejanste de buscar entender algo que na aula escapou, mas o de

consumir um produto, que conforme nos apontou Kehl (2002, p. 11): “[...] os discursos que organizam as razões de mercado consistem em cadeias metafóricas muito pobres, muito curtas, que vão do objeto ao sujeito (e não o contrário) e se encerram quando promovem a ilusão de um encontro entre os dois”.

Nesse sentido, ao se propor comprar a educação não é mais do lugar de aluno que se fala, mas o de consumidor e a lógica dessa relação é outra que não iremos tratar nesse artigo, mas que merece ser retomada em outro momento. Outrossim, alinhavado a esse discurso de mercado que desautoriza o docente, temos a então proposta de “Escola Sem Partido” que deu início a nossa discussão e que também reduz o lugar de Sujeito do docente, na medida que condena a livre – expressão à tomada de ideologias, partidos, entre outros. Assim, mais do que trazer respostas, pois ainda não a temos, lançamos a pergunta: como um professor saberá o que ofende um aluno?; como um professor deverá saber exatamente o que dizer em sala de aula? Se não há cartilha que ensine como ser professor, tampouco controlar o inconsciente ou o que se diz e quiçá vigiar as crenças de seus alunos, demonstra-se da ordem do impossível essa sugestão governamental.

Quando um sujeito se põe a falar, emite a mensagem de algum lugar subjetivo, seja professor, aluno, pai, mãe, há um lugar ocupado e por isso não é possível em nenhuma circunstância dizer uma mensagem de um lugar “neutro” ou “escondido”, não existe neutralidade subjetividade quando falamos de sujeito, pois há um EU (consciente) que fala, mas também um NÃO – EU (inconsciente) do qual o falante não dispõe nenhum controle. Assim, sugerir uma proposta de escola sem discussão, reflexão e criticidade é condenar um vivente a uma alienação outra além da constitutiva, a de uma servidão ao Outro.

(In)conclusões

(In)concluindo, a partir de uma preocupação constante na falta de incentivo à educação e nos principais operadores dela – o professor - inviabilizando a sua qualidade, o assunto desse artigo surgiu se propondo ao exercício reflexivo dos perigos que podem surgir (e já estão se mostrando) em uma instituição que adotar os pressupostos de uma “Escola sem Sujeito”. O risco de uma educação sem professor pode provocar fendas nas redes simbólicas que sustentam as relações docente/discente e discente/docente, pois não há possibilidade de ato educativo que não seja ético-político e, sem adentrarmos discussões sobre esses dois termos, destacamos que não há possibilidade de pensarmos a educação senão enquanto uma prática humana, efeito de uma construção sociocultural que se serve e sustenta-se do simbólico para operar no processo constitutivo. Portanto, na contramão de tantas supostas

certezas morais e de muitos manuais didáticos pedagógicos e de autoajuda, não propomos e não temos respostas fechadas para o atual cenário, apenas podemos advertir que sobre as determinações biopsicossociais de todo sujeito o que se apresentou e está sendo politicamente proposto não são práticas educativas reflexivas de qualidade promotoras de emancipação subjetiva, ao contrário, refletem uma condenação ao assujeitamento, logo, uma educação sem qualidade.

Referências

BARROSO, R. **Medida Cautelar na Ação Direta de Inconstitucionalidade 5.537 Alagoas**. Disponível em: <https://www.fe.unicamp.br/pffe/noticia/3345/adi_5537_1.pdf>. Acesso em: 14 mai. 2019.

FINK, B. **O sujeito lacaniano**: entre a linguagem e o gozo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade 3**: O cuidado de Si. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. 5 ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018.

FREUD, S. O mal-estar na civilização. In: **O futuro de uma ilusão**. Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: edição standard brasileira, v. XXI. Rio de Janeiro: Imago, 1996e.

FREUD, S. Psicologia de grupo e a análise do ego. In: **Além do princípio de prazer**. Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: edição standard brasileira, v. XVIII. Rio de Janeiro: Imago, 1996d.

FREUD, S. Algumas reflexões sobre a psicologia do escolar. In: **Totem e tabu**. Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: edição standard brasileira, v. XIII. Rio de Janeiro: Imago, 1996c.

FREUD, S. Formulações sobre os dois princípios do funcionamento mental. In: **O caso de Schreber e artigos sobre técnica**. Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: edição standard brasileira, v. XII. Rio de Janeiro: Imago, 1996b.

FREUD, S. Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In: **Um caso de histeria e três ensaios sobre sexualidade**. Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: edição standard brasileira. Rio de Janeiro: Imago, v. VII, 1996a.

KEHL, M. R. **Sobre ética e psicanálise**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

MOURA, F. P. **“Escola Sem Partido”**: relações entre estado, educação religião e os impactos no ensino de história. [Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro]. Rio de Janeiro, 2016.

Recebido em	03/01/2020
Aceito em	16/04/2020